7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais

06/12 | Questões de Política Externa dos países da Ásia-Pacífico
Área Temática: Análise de Política Externa

RELAÇÕES BANGLADESH-MYANMAR FRENTE A CRISE DOS REFUGIADOS ROHINGYA

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante[1] (IRI/PUC-Rio)

Raíssa Cristina Caliano da Silva[2] (IRI/PUC-Rio)

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

[1] Mestranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Contato: biaflcavalcante@hotmail.com.
[2] Bacharelanda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Contato: raissacaliano@gmail.com .

1. Resumo

Desde agosto de 2017, o povo Rohingya vive uma das maiores crises humanitárias do Sudeste Asiático. Abarcando uma minoria étnica que reside no noroeste de Mianmar, na região de Rakhine, a história dos Rohingyas pode ser traçada, principalmente, a partir de 1948 (Parnini, Othman, Ghazali, 2013). Neste ano, com a independência do país, eles foram reconhecidos como um grupo étnico indigena distinto, porém tendo sua cidadania constantemente questionada a partir de 1962, com a chegada de uma Junta Militar ao governo de Mianmar (Parnini, Othman, Ghazali, 2013).

A Junta Militar não atuou somente na mudança de nome do país – anteriormente conhecido como Birmânia –, como também teve como uma de suas principais legislações a Lei de Cidadania de 1982 – *The 1982 Citizenship Law*. Atuando como a principal ferramenta de discriminação e exclusão de minorias étnicias, a Lei classificou os grupos étnicos oficialmente reconhecidos pelo o Estado e estabeleceu uma hierarquia entre três classes distintas de cidadania (Myanmar Cultural Research Society et al, 2020). Todavia, os Rohingyas, não reconhecidos como um dos grupos étnicos pelo governo, acabam por não serem alocados dentro de uma cidadania, mas sim forçados a um processo que os caracteriza como estrangeiros apesar de se reconhecerem como um grupo étnico legítimo (Myanmar Cultural Research Society et al, 2020). Como consequência, por serem reconhecidos como estrangeiros e rotulados como 'Bengalis' pelo Estado e sociedade, estima-se que entre 2012 e 2019 aproximadamente sete mil Rohingyas foram presos por não terem um cartão de identificação para viajar, além de sofrerem constantes violações de direitos humanos como estupro, tortura e assassinato em massa (Myanmar Cultural Research Society et al, 2020; Faye, 2021).

Com o não reconhecimento e as diversas violações nas quais o governo de Mianmar perpetuou contra a grupo Rohingya, um cenário crônico envolvendo migrações forçadas para Bangladesh se instalou, com milhares deslocados dependendo de ajuda humanitária para sobreviver em uma crise que possui tanto fundamentos religiosos como problemáticas econômicas, políticas e de segurança (Faye, 2021). Como exemplo, Cox's Bazar, no sudoeste de Bangladesh, é um dos campos de refugiados mais densamente populados no mundo, recebendo aproximadamente 75% de seus refugiados na extrema violência de agosto de 2017 (Médicos Sem Fronteiras, s. d.). Todavia, mesmo buscando refúgio em Bangladesh e nos campos de refugiados, os Rohingya são marcados como migrantes econômicos pelas autoridades do país – ao mesmo tempo em que, para o governo de Mianmar, também não são considerados como cidadãos de fato (Faye, 2021).

Diante do cenário explicitado, a pesquisa tem como objetivo investigar as implicações da Crise de Refugiados de Rohingya sobre a política externa de Bangladesh. É

importante teorizar sobre as implicações em questão pois o Governo de Bangladesh baseia sua política na repatriação dos Rohingya, promovendo ao mesmo tempo asilo ao povo refugiado e pressão, por meio de atores como China, Índia e Japão, sobre o Mianmar (Mosaddek, 2023). Assim, visa-se investigar rupturas e continuidades da política externa de Bangladesh em relação às interseções entre religião, política e segurança diante da presente crise de refugiados Rohingya, tradicionalmente fieis do islã. Temos como hipótese principal a geração do isolamento do Mianmar como consequência da política de Bangladesh frente aos refugiados, que incorpora atores internacionais influentes como ACNUR e o Programa Mundial de Alimentos, que auxilia na melhoria da qualidade da nutrição e alimentação dos Rohingya pelo território de Bangladesh (WFP Report, 2023).

Para analisar as relações de política externa entre Bangladesh e Mianmar, baseamos nossa metodologia na análise bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios populacionais, documentos oficiais tanto governamentais quanto supranacionais e em legislações do Mianmar e Bangladesh. A última fonte é implementada no artigo para esclarecer como o povo muçulmano Rohingya está inserido no contexto e história política do país. Com isso, entenderemos os dados quantitativos e qualitativos sobre refúgio hoje com maior qualidade.

Palavras-chave: Rohingya; Mianmar; Bangladesh; Crise de Refugiados; Política Externa.

2. Introdução

O povo Rohingya, tradicionais habitantes do estado de Arracão ("*Rakhine State*") ao norte do país, sofreram intensas perseguições, assassinatos, queimadas de vilarejos e outras violações aos direitos humanos em Agosto de 2017, após anos de violências por parte do Estado de Mianmar (UNHCR, 2024). Hoje, mais de 1 milhão de rohingyas estão vivendo em campos de refugiados em Bangladesh, como os campos em Cox Bazar, locais marcados pela carência de saúde básica, de habitações adequadas e mecanismos para retomar ou iniciar a educação (Human Rights Watch, s. d.). Ainda que seja um dos povos tradicionais do Myanmar, sua cidadania foi negada pelas autoridades do país por meio da lei de 1982 sobre Cidadania (*The 1982 Citizenship Law)*, a qual excluía os Rohingya da categoria de cidadão no país. A sua exclusão do aparato institucional de Mianmar funcionou como um mecanismo de discriminação objetivando marginalizar determinada população sob meios não só militares, mas também normativos (Brett e Hlaing, 2020). Agora considerados sem Estado devido à exclusão de sua cidadania de origem e configurados no status de

refugiados[3], o povo Rohingya também está vivendo uma militarização de minorias dentro de sua etnia, em que grupos como Organização Solidária Rohingya e Exército da Salvação Rohingya de Arracão competem por influência e controle em Cox's Bazar em Bangladesh. Como consequência desse cenário, a segurança dos campos de refugiados é desestabilizada por meio de extorsões, desaparecimentos, e violência de gênero (Ross, 2024).

Bangladesh é o principal país receptor do refugiado povo Rohingya, contando com mais de 2 campos de refugiados sofrendo superlotações, e o maior campo de refugiados do mundo. Kutupalong-Balukhali e Cox's Bazar enfrentam decrescentes financiamentos e doações por parte de organizações internacionais para refugiados, visto que a crise dos Rohingya lidada pelo Estado de Bangladesh recebeu apenas 45% do orçamento internacional necessário para esforços humanitários no ano de 2023 (Reza, 2024).

Preocupações com as violações de direitos humanos provocadas por autoridades de Mianmar contra o povo Rohingya e a consequente massa de refugiados gerada devido a exclusões e perseguições não são recentes. Em 2017, a Primeira Ministra de Bangladesh Sheikh Hasina advocou a resolução da crise humanitária na 53ª Conferência Anual de Segurança de Munique (Ministry of Foreign Affairs Bangladesh, 2017), portando a crise dos Rohingya enquanto uma emergência não só humanitária, mas um assunto de segurança que deve ser discutido em termos de política externa e pública.

O pronunciamento de Muhammad Yunus[4], Conselheiro Chefe do atual governo de Bangladesh e ganhador do Nobel da Paz em 2006, para a Assembleia Geral da ONU, também salienta as preocupações em política externa e pública causadas pela crise desenfreada de refugiados vivida pelos Rohingya. Bangladesh abriga 1.2 milhões de refugiados Rohingya, emigração forçada que gera custos sociais-econômicos-ambientais constantes para o Estado de Bangladesh, salientando problemáticas adicionais de segurança nacional e regional devido à falta de repatriação dos Rohingya e ausência de responsabilização do governo do Mianmar (Ministry of Foreign Affairs Bangladesh, 2024).

Visando ilustrar a magnitude da fuga do povo Rohingya em direção ao território de Bangladesh, a imagem 1 demonstra a variação da entrada de refugiados Rohingya em Bangladesh por ano, depois das consecutivas perseguições e privações a direitos humanos

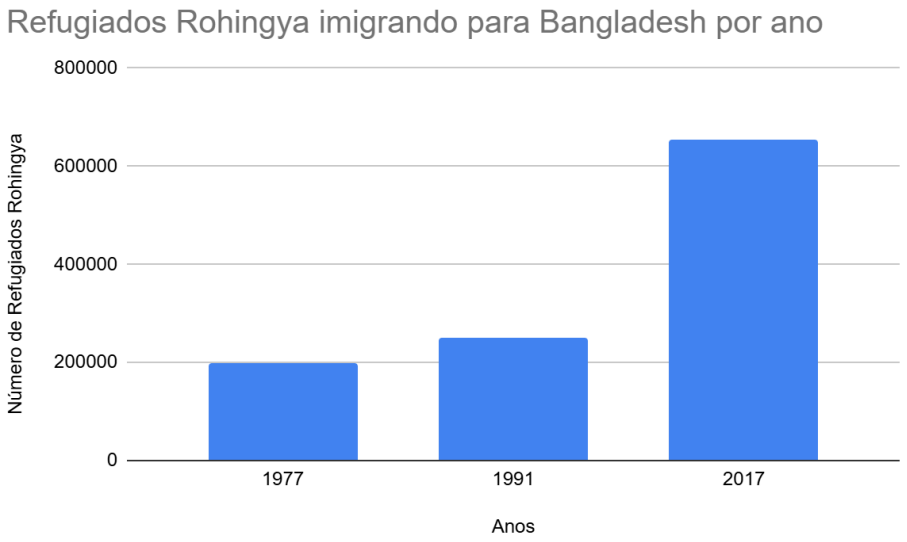
---

[3] Dentro da crise de refugiados Rohingyas, duas adições sobre Mianmar e Bnagladesh devem ser feitas. O governo de Mianmar considera os Rohingya como imigrantes ilegais de Bangladesh para o estado de Arracão. Ao mesmo tempo, estima-se que 98% dos Rohingya residam em Bnagladesh e na Malásia. Esses dois últimos países, todavia, não são signatários da Convenção dos Refugiados de 1951. Todavia, destaca-se como, mesmo não sendo signatário, Bangladesh recorre ao termo 'refugiados' para caracterizar os Rohingya, utilizando o termo como uma estratégia diplomática (Rahman; Sakib, 2021).

[4] Yunus assumiu o cargo de Conselheiro Chefe do atual governo após a renuncia de Hasina em 2024. Hasina deixou o país com destino a Índia em Agosto de 2024, após uma onda de violência e repressão no país no contexto das chamadas Revoluções de Julho (Cavalcante; Oliveira, 2024)

vividos pelo povo no Myanmar no estado de *Rakhine* desde 1977, província fronteiriça pertencente ao Myanmar.

Imagem 1: Refugiados Rohingya imigrando para Bangladesh por ano, de 1977 até 2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados de IOM (2017), Phiri (s. d.), e Intersection Coordination Group (2017).

O gráfico, acompanhado das colocações de entidades governamentais de Bangladesh, evidenciam a necessidade de investigar como a crise dos refugiados Rohingya influencia a política externa de Bangladesh. Enquanto principal país recebedor de Rohingyas em situação de refúgio, o país possui seus próprios paradoxos no gerenciamento e discussão da crise frente à tradições de sua política externa. Desse modo, será vital revisitar o contexto histórico da crise da cidadania e direitos humanos no Mianmar, assim como explicitar continuidades e rupturas no manuseio da política externa e pública de Bangladesh quanto à crise de refugiados. Objetivando acrescentar ao campo de análise de política externa no Sudeste Asiático, vale analisar as dinâmicas de pressões internacionais e regionais realizadas por Bangladesh em meio à conexões como Índia e China. É importante incluir as duas grandes potências asiáticas na discussão pois há interesses geoeconômicos chineses e indianos na região de Mianmar, de forma que clamar a pressão internacional pelas duas potências tem se mostrado quase inaudível, marcado pela ausência de uma pressão regional consistente para garantir a repatriação dos Rohingyas ao Mianmar (Ali Ashraf, 2021).

Por fim, para que seja possível analisar a política externa de Bangladesh frente a crise dos refugiados, teremos como metodologia central a análise bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios populacionais, documentos oficiais tanto governamentais quanto

supranacionais e legislações do Mianmar e Bangladesh. Adicionalmente, para entender a construção da política externa de Bangladesh por meio de fatores sociais e religiosos – como a sua identidade islâmica –, e as implicações de segurança que a permanência dos refugiados em Bangladesh acarretam, teremos como base a teoria construtivista em R.Is. Essa teoria contribui para pensarmos não só a formulação de uma política externa de Bangladesh, mas também possíveis modificações frente a crise de refugiados Rohingya e fatores internos do próprio país.

O construtivismo se insere em uma discussão ampla a partir do papel dos valores e ideias na análise de eventos sociais, trazendo, também, novos debates sobre a ação política e a identidade (Nogueira; Messari, 2021). Considerando o papel dos Estados nessa teoria, suas ações dependem de suas identidades e interesses – que são mutáveis –, indo além de causas materiais, destacando o papel e a influência de valores e ideias (Messari, 2021; Phillips, 2007; Weber, 2010). As identidades e interesses na política internacional não são pré-concebidos ou estáveis, mas sim definidos por estruturas compartilhadas.

Da mesma forma, o construtivismo permite considerar como expectativas sobre o que significa fazer parte de certa sociedade podem (des)encorajar certos comportamentos. As próprias identidades nacionais – inerentemente instáveis e contingentes – podem ajudar na definição de ações políticas e seus limites (McDonald, 2018). Assim, o construtivismo contribui para um foco em fatores ideacionais, entendendo que os Estados são atores sociais e considerando a importância da identidade. Dentro de uma análise de política externa, esses elementos serão essenciais para entender a própria formulação da identidade de Bangladesh – e como isso contribui para a sua política externa em relação aos Rohingya. No internacional, a ação de agentes como os Estados será influenciada por sua identidade, destacando, por consequência, a importância de fatores históricos, culturais, sociais e políticos. Em outras palavras, é a auto-percepção de uma identidade própria e a percepção da identidade de outros atores que influenciam a formulação de uma política externa (Mosaddek, 2023).

Abordando especificamente o caso de Bangladesh, devemos destacar um fator essencial: sua identidade islâmica. A abertura das fronteiras de Bangladesh para os refugiados Rohingya tem como uma grande influência identificações religiosas. Os Rohingya e Bangladesh compartilham de uma fé islâmica, desenvolvendo por consequência um senso de solidariedade e empatia – inclusive por parte da população –, que influencia as decisões de política externa de Bangladesh nesse fluxo (Mosaddek, 2023). Ao mesmo tempo, a identidade islâmica de Bangladesh também cria certas expectativas: a que ele não seja o único país a receber os Rohingya, e que outros países de maioria muçulmana consigam ajudá-lo por conta do compartilhamento dessa mesma fé (Mosaddek, 2023).

3. Por onde começar: a crise dos refugiados Rohingya e seu histórico a partir de Mianmar.

Mianmar é um um país multicultural localizado no Sudeste Asiático, dividindo a fronteira com países como China, Índia e Bangladesh – países essenciais para entender a crise dos refugiados Rohingya. Adicionalmente, o país possui uma grande diversidade étnica, e o estimativo de uma população de 51,4 milhões de pessoas em 2014 (Minority Rights Group, 2020). Esse número, entretanto, não inclui alguns indivíduos residentes da região do estado de Rakhine[5], lar para a minoria Rohingya. Conjuntamente, o país também possui uma grande diversidade étnica, com 135 grupos étnicos oficialmente identificados pelo governo (Minority Rights Group, 2020)

Já entre as principais religiões, destaca-se o budismo, praticado por aproximadamente 74% da população, segundo dados de 2020. Entre as outras religiões minoritárias, destaca-se o cristianismo – com 7.92% –, o hinduísmo – com 1.71% – e o Islã – com 3.76% (ARDA, s.d). A diversidade étnica no país também se relaciona, em alguma medida, com as religiões praticadas no território: ao passo em que a maioria birmanesa tem como religião predominante o budismo, o islamismo é amplamente praticado no estado de Rakhine, com maioria Rohingya (ARDA, s.d).

A exclusão dos Rohingya do censo de 2014 e o fato de serem minorias étnicas e religiosas pode aparentar ser uma problemática burocrática e interna do Estado de Mianmar. Contudo, esses acontecimentos prenunciam a realidade atual dos Rohingyas, uma das minorias mais perseguidas do mundo de acordo com as Nações Unidas (Shams, 2017). Vitímas de extensas violações por parte do Estado de Myanmar, desde migrações forçadas, trabalho escravo, genocidio, estupro e crimes de ódio (Manti; Islam, 2022), entender a história dos Ronhingyas é, também, retornar à história de Mianmar e suas leis de Cidadania.

Quando a independência de Mianmar ocorre em 1948, um governo de maioria budista é formado, inaugurado um regime de cidadania híbrido (Manti; Islam, 2022; Rhoads, 2022). Nele, a aquisição de uma cidadania era baseada no nascimento no território e por descendência, *jus soli* e *jus sangguinis*, respectivamente. Em um primeiro momento, os Rohingyas passam a ser considerados cidadãos de Mianmar, tendo um papel ativo na sociedade e participando na construção da nação em geral (Mosaddek, 2023). Todavia, seu regime de cidadania, além de ser progressivamente racializado ao longo dos anos, passou a utilizar de diversas medidas para diferir a cidadania de populações racializadas e

[5] A maior população muçulmana de Mianmar reside no estado de Rakhine, apesar de se dividirem em dois grupos: um primeiro no qual entendem seus ancestrais como já estabelecidos, e um segundo, no qual os ancestrais chegaram no território durante a colonização britânica no país (Minority Rights Group, 2020)

minoritárias, afetando o seu dia-a-dia (Rhoads, 2022). Essas mudanças passam a ocorrer especialmente a partir de 1962, quando a Junta Militar de Mianmar chega ao poder, apoiada por monges budistas ultranacionalistas (Ali, 2022). O governo de Mianmar inicia diversas políticas discriminatórias contra os muçulmanos, restringindo cada vez mais seus movimentos e definindo-os como migrantes ilegais de Bangladesh (Manti; Islam, 2022; Ali, 2022).

Adicionalmente a discussão da cidadania em Mianmar, a própria noção de 'pertencimento' é central para a população Rohingya, contribuindo para a construção e reprodução de fronteiras dentro das comunidades políticas – isto é, quem pertence e quem não pertence a essas comunidades (Rhoads, 2022). No caso de Mianmar, o pertencimento cada vez mais passou a ser desenhado a partir de linhas raciais, destacando-se ideias sobre natividade que constroem uma política de pertencimento que é excludente. Esse cenário pode ser visto na prática a partir de 1982, com a nova lei de Cidadania no país.

Na ocasião, o conceito de 'raças nacionais' – ou *Taingyintha* – ganha proeminência, e os cidadãos são divididos a partir de três categorias: cidadãos, cidadãos associados e cidadãos naturalizados (Mosaddek, 2023). Por mais que, para a população Rohingya, eles tenham vivido no estado de Rakhine há gerações, presentes na região desde o século VIII, a comunidade budista majoritária os considerou como imigrantes ilegais de Bangladesh (Rahman; Sakib, 2021). Dentre as medidas consideradas a partir da Lei, destaca-se a identificação de 135 raças nacionais e a exclusão dos Rohingya como detentores de uma cidadania (Manti; Islam, 2022; Rhoads, 2022). A cidadania por nascimento é concedida apenas aos *Taingyintha* cujos antepassados se estabeleceram em Mianmar antes de 1823. No caso dos classificados como não-*Taingyintha*, a sua cidadania é adiada até que uma análise do indivíduo possa ser realizada. Assim, aqueles pertencentes à minoria Rohingya foram desqualificados para a obtenção de uma cidadania a partir de 1982, tornando-os apátridas (*stateless community*). Como consequência desse cenário, os Rohingya também foram excluídos de direitos como liberdade de movimento e de acessar uma educação e empregos, além de serem objeto de confiscos arbitrários de suas propriedades e sujeitos a trabalhos forçados (Rahman; Sakib, 2021; Mosaddek, 2023).

Esse cenário de '*stateless*' no qual os Rohingya foram impostos, além das diversas perseguições iniciadas a eles por parte do aparato governamental de Mianmar, resultando em violações de direitos humanos severas, contribuíram para um fluxo migratório com destino a Bangladesh, país que compartilha laços culturais, históricos e religiosos com a minoria Rohingya (Mosaddek, 2023). A partir desse momento, diversos outros fluxos migratórios para o país foram registrados: durante a Segunda Guerra Mundial, e nos anos 1978, 1991/1992 e 2012 (Rahman; Sakib, 2021). Em 1991, por exemplo, estima-se que por

volta de 250 mil indivíduos buscaram refúgio em Bangladesh, em especial na região de Cox's Bazar (Minority Rights Group, 2019). Em um cenário geral:

> The denial of the basic human rights of Rohingya and some other Muslims has not been limited to the actions of the army. Government policy and regulations – often associated with the discriminatory refusal to recognize them as citizens – have a knock-on effect on other rights: Rohingya do not have an automatic right to education, work or necessary social services. Because they are considered non-citizens, even their right to marry is in fact obstructed, since they must obtain a variety of authorizations before being issued a 'marriage permit', which may take years.
> Lack of citizenship has meant that for the last couple of decades most Rohingya and many other Muslims have been excluded from a large number of employment categories: public school teachers, university lecturers, government doctors and health personnel, and most other government employment opportunities are restricted to citizens; thus in practice Rohingya are banned from all of these jobs because of the discriminatory nature of the citizenship requirements. (Minority Rights Group, 2019)

O cenário de violência contra os Rohingya teve uma importante escalada a partir de 2017. Na ocasião, o '*Arakan Rohingya Salvation Army* (ARSA)', uma insurgência armada Rohingya, atacou mais de 30 postos policiais de Mianmar, matando 12 membros (AlJazeera, 2019) e causando uma repressão por parte dos militares (BBC, 2017). As atrocidades sistematicas cometidas pelos miliatres aos Rohingya teve ajuda da comunidade local de Rakhine e de monges budistas, perpetrando-se diversas formas de violações aos direitos humanos, incluindo atos de violências sexuais contra as mulheres e crianças, assassinato, tortura, saqueamento e quiema de casas e vilareijos (Rahman; Sakib, 2021; Amnesty International, 2024). Apenas nesse período, aproximadamente 700 mil indivíduos buscaram refúgio em Bangladesh, juntando-se aos milhares de refugiados que já se encontravam no país, em Cox's Bazar. Estima-se que, em 2024, Bangladesh tenha em seu território em torno de 1.2 milhão de refugiados Rohingya, indivíduos que seguem em situação de *stateless* para o governo de Mianmar, vistos como imigrantes ilegais provenientes de Bangladesh (Rahman; Sakib, 2021; Assum, 2024)

A partir desse cenário, Bangladesh passa a ser não só um país com laços históricos e religiosos com os Rohingya, mas também seu principal destino de refúgio. Todavia, como iremos explorar na próxima seção, tensões na fronteira de Bangladesh e Mianmar não são incomuns, e o fluxo intenso de refugiados vem criando desafios econômicos e de segurança para Bangladesh.

4. A Política Externa de Bangladesh: Refugiados Rohingya e além

4.1. A Política Externa de Bangladesh em suas diversas dimensões

A política externa de Bangladesh representa continuidades e rupturas de posicionamentos e políticas promovidas por diferentes governos desde o estabelecimento de sua Constituição em 1972. Aprovada pelo setor legislativo e por seu parlamento, a sua P.E está contida no Art.25º sob título “Princípios Fundamentais da Política de Estado”, e tem como foco promover a paz, segurança e solidariedade internacional.

> “The State shall base its international relations on the principles of respect for national sovereignty and equality, non interference in the internal affairs of other countries, peaceful settlement of international disputes, and respect for international law and the principles enunciated in the United Nations Charter, and on the basis of those principles shall –
> (a) strive for the renunciation of the use of force in international relations and for general and complete disarmament;
> (b) uphold the right of every people freely to determine and build up its own social, economic and political system by ways and means of its own free choice; and
> (c) support oppressed peoples throughout the world waging a just struggle against imperialism, colonialism or racialism.” (Government of the People's Republic of Bangladesh, 1972).

Como Akter (2023) coloca, Bangladesh baseia sua política externa em aspectos clássicos e críticos da geopolítica no Sudeste Asiático, de forma que combina o avanço de capacidades materiais e soberania territorial com extensão de sua influência por meios diplomáticos e culturais em sua localidade. A combinação das duas esferas funciona pois Bangladesh se localiza numa área chave para conexão entre o Sudoeste Asiático, marcado pela Índia em toda sua fronteira ao Oeste, e o Sudeste Asiático, fronteiriço ao Myanmar, elevando a importância regional das relações internacionais e particularidades de Bangladesh (Akter, 2023). Sua identidade cultural, política e social é, portanto, tópico importante para perceber rupturas e continuidades na política externa de Bangladesh.

Bangladesh consegue fluir entre o mundo muçulmano e o mundo ocidental de maneira chave para a sustentação de sua política externa. O país é um dos maiores países muçulmano do mundo, com aproximadamente 91% de sua população sendo fiel ao islã, e de maioria sunita (World Population Review, 2024). Assim, Bangladesh é marcado por valores islâmicos, agindo simultaneamente a valores ocidentais como “*rule of law*”, mencionado frequentemente em documentos oficiais do país. Um motivo para a aproximação com o mundo islâmico se dá por influências de eventos internacionais, como o *Yom Kippur* e o fortalecimento do Taliban pelos EUA no combate à URSS na Guerra Fria, e por vantagens internacionais promovidas pela aliança á países muçulmanos (Hasan, 2012).

Ainda que Bangladesh tenha sido fundada posterior à guerra do *Yom Kippu*r e aos embates entre Taliban e URSS, os dois eventos estimularam a islamização da política externa de países com populações muçulmanas expressivas, o que resultou no fortalecimento de laços entre nações muçulmanas – como por exemplo com o investimento de mais de 300 milhões de dólares pela Arábia Saudita, Turquia, Kuwait, entre outros

países, em direção ao setor industrial de Bangladesh em 1979 (Hasan, 2012). As relações persistem até hoje: em 2018, Bangladesh sediou a 45ª Sessão do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos países da Organização para Cooperação Islâmica, a sessão para Valores Islâmicos para Paz Sustentável, Solidariedade e Desenvolvimento, reafirmando o islã enquanto contexto chave dentro do qual a política externa de Bangladesh se desenvolve.

A esfera de valores ocidentais mantém-se em voga da P.E de Bangladesh, contrastando com sua inclusão no mundo muçulmano. Bangladesh coopera veementemente com organizações internacionais, como a ONU, para resolução e melhor gerenciamento da crise dos Rohingya, colaboração que tem como objetivo solucionar a crise, propagando valores comuns sobre paz e segurança global. Bangladesh, ainda que consoante com os valores acima, também, tende, enquanto um Estado pequeno recém formado, apoiar sua projeção internacional por meio de uma política externa favorável à ajuda de organizações internacionais com o objetivo de estabelecer uma imagem positiva à comunidade global de países (Krishnasamy, 2010). Essa estratégia se mostra extremamente útil devido ao histórico de baixa eficiência das políticas públicas estatais em seu território, em que a governança para aumento de capacidades e inovação no fortalecimento de seu desenvolvimento social e tecnológico é limitada (Azizuddin, Piya, e Shamsuzzoha, 2021). Assim, a política externa favorável a agências internacionais baseadas em direitos humanos, tal qual sua aproximação à ONU e ao mundo muçulmano têm sido mecanismos estrategicamente bem explorados pelo Estado de Bangladesh desde sua fundação. Isso demarca Bangladesh como um estado pequeno com boa imagem internacional e versátil, protegendo sua identidade islâmica e valores humanitários voltados à emancipação dos indivíduos sobre as mazelas do subdesenvolvimento, como pobreza e fome.

De forma geral, o engajamento de Bangladesh baseado no multilateralismo, considerando a crise de Rohingya, tem como objetivo buscar uma cooperação visando ajudar os refugiados abrigados em seu território. Tendo em mente a expertise de organizações como a ACNUR, WFP e a Cruz Vermelha, o engajamento delas frente a crise é essencial para Bangladesh, que carece em níveis de expertise e recursos. Adicionalmente, por meio de organizações como a ONU, a Assembleia Geral da ONU, o Conselho de Segurança, e a Corte Internacional de Justiça, o país também busca elevar a questão dos refugiados Rohingya para o internacional, objetivando, também, criar responsabilidades que sejam juridicamente vinculativas para Mianmar (Mosaddek, 2023).

4.2. A Política Externa de Bangladesh frente a crise dos refugiados Rohingya

Positivado em 1972, o Art.25º se demonstra em pronunciamentos e políticas públicas internacionais promovidas pelo Estado de Bangladesh frente à crise dos refugiados Rohingya, persistente desde 1977. O recente aprovado projeto da UNHCR para proteção aos Rohingya (2024) conta com a colaboração do governo de Bangladesh para efetivação dos pilares: retorno seguro e sustentável os refugiados Rohingya às suas terras de origem; promoção da segurança da identidades do povo Rohingya durante processos de repatriação; proteção e garantia de direitos fundamentais do povo enquanto deslocados em Bangladesh (UNHCR, 2024). Como salienta Ali Ashraf (2021), estratégias da política externa de Bangladesh frente aos Rohingya são marcadas por princípios altruístas respaldados por questões religiosas que promovem valores contrários aos desrespeitos aos direitos humanos. Um exemplo da conexão entre valores pela paz internacional e religiosos por parte de Bangladesh se expressam já no preâmbulo de sua Constituição (1977), a qual menciona valores humanitários e democráticos baseados na prevalência de leis seculares, ao mesmo tempo que cita em seu início devoção a Allah, o criador e restaurador do mundo para a fé e teologia islâmica.

Assim, o status de Bangladesh como um país de maioria muçulmana é essencial quando consideramos a sua política externa. Internacionalmente, a sua identidade islâmica influência em sua política externa na medida em que o país busca ter uma posição de apoio em questões que afetem o mundo muçulmano (Mosaddek, 2023). A solidariedade islâmica e a cooperação com outros países de maioria muçulmana também são marcantes de sua política externa. Por isso, a identidade religiosa que compartilha com os Rohingya é essencial para entender a sua política externa frente a esse assunto. O país demonstra não só interesse em expressar uma solidariedade à minoria Rohingya, recebendo-os em seu país, como também procura ajuda em outros Estados islâmicos e organizações. Entre um dos objetivos dessa ajuda, está o de angariar suporte a uma pressão internacional, moldando opiniões sobre a crise de refugiados (Mosaddek, 2023).

Além de seu alinhamento normativo, comprovado pelo aparato da Constituição, e institucional, por parcerias com organizações internacionais, com a proteção de direitos de refugiados, o Estado de Bangladesh também propõe a inclusão do povo Rohingya em projetos nacionais para promoção de equidades e segurança em seu território. O Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (2022) salienta a crise dos Rohingya não apenas como uma problemática influente para a segurança e equidade do país, mas também como um deslocamento forçado que instiga o governo a promover práticas e abordagens de gênero para lidar com essa população. Desse modo, respaldado pelo orçamento público e de organizações internacionais, o plano foca na promoção de condições dignas para meninas e mulheres em Bangladesh quanto a sua participação política e redução de vulnerabilidades de gênero.

Esse projeto denota a construção de sentido entre segurança e proteção de direitos humanos por parte do Estado de Bangladesh na realização de sua política externa frente à crise do povo Rohingya. O gerenciamento da crise conta, então, com estratégias multissetoriais direcionadas à emancipação da população Rohingya em relação às mazelas do deslocamento forçado e estado de refúgio. Isso ocorre pois pode-se visualizar o descontrolado e irremediado fluxo de refugiados como uma questão de segurança e, por vias institucionais, públicas e internacionais, pretende-se gerar mais segurança por transformações políticas da vida das pessoas afetadas, seguindo o conceito de reciprocidade de direitos (Basu e Nunes, 2013; Booth, 1991).

A partir desse contexto, é possível perceber interesses para Bangladesh que podem se tornar conflitantes. Ao mesmo tempo que a identidade muçulmana do país é destacada, seus interesses de segurança também estão em jogo. Os imigrantes Rohingya podem ser vistos como uma ameaça à segurança do país, especialmente quando consideramos atores como o ARSA, presente em campos de refugiados. Dentro desse cenário, Bangladesh vem sofrendo ataques terroristas – incluindo em 2016, em uma cafeteria em Dhaka na qual 20 indivíduos foram mortos – por grupos extremistas locais. Como Rahman e Sakib (2021) destacam, atores nacionais e internacionais, como militâncias islâmicas, podem utilizar-se da crise para atrair refugiados Rohingya a grupos terroristas (Mosaddek, 2023; Rahman; Sakib, 2021)

Assim, o Estado de Bangladesh procura gerenciar a crise de refugiados Rohingya também pela promoção de direitos humanos na política doméstica, visando frear a criação de inseguranças regionais pela diminuição da violência de gênero e inclusão de investimentos em participação social para mulheres em situação de refúgio no orçamento nacional, como no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (2022), um planejamento no horizonte de 2019 a 2025. Como expressa o Ministério de Relações Exteriores de Bangladesh (2022), o deslocamento de mais de um milhão de Rohingyas desafia constantemente os mecanismos de respostas humanitárias. A P.E. de Bangladesh inclui frear violência de gênero, assistir vítimas de catástrofes naturais comuns em Bangladesh como enchentes, garantir direitos fundamentais às pessoas em situação de refúgio e impedir a viabilização de práticas terroristas, preocupação alarmada devido aos grupos militantes Organização Solidária Rohingya e Exército da Salvação Rohingya de Arracão.

O surto da pandemia do COVID-19 em Janeiro de 2020 no continente asiático não foi impeditivo para advocar resoluções à crise dos Rohingya por Bangladesh enquanto tema central para promoção de paz, segurança e direitos humanos no sudeste asiático. Em fevereiro de 2020, a representante de Bangladesh para a ONU Rabab Fatima mobilizou atos de fala no Conselho de Segurança da ONU sobre a urgência da mobilização

internacional para promoção de retorno digno e seguro dos Rohingya ao estado de Rakhine e fortalecimento de meios internacionais para justiça e responsabilização de Mianmar pelas violações aos direitos humanos cometidas (Ministry of Foreign Affairs Bangladesh, 2020). Essa declaração ocorre poucos meses após Gâmbia e mais de 57 países da Organização de Cooperação Islâmica denunciarem o caso do Mianmar para a Corte Internacional de Justiça, alegando que o país não preveniu nem puniu casos de violações aos direitos humanos contra o povo Rohingya, alcançando crimes contra a humanidade prescritos na Convenção de Genebra sobre Genocídio (International Court of Justice, 2019). A postura de Bangladesh em declarações globais e conversas bilaterais, portanto, mantém a vivacidade do caso de genocídio contra os Rohingya, assim como traz a perspectiva de um país emergente provedor de abrigo para uma quantidade progressiva de pessoas em situação de refúgio.

Vale ressaltar como Bangladesh lida com a crise dos refugiados sob estratégia de trazê-la para o centro de negociações bilaterais referentes à infraestrutura do país. Isso ocorre porque, enquanto um estado pequeno em meio à arena da política regional e internacional na qual se encontra, utilizar-se da diplomacia inteligente é melhor para obtenção de seus interesses em política externa (Garčević, 2023), estratégia eficientemente empregada por Bangladesh para lidar com seu desenvolvimento econômico e social aliado ao gerenciamento da crise do povo Rohingya. Apesar de ter, ao longo dos anos, atingido um sucesso econômico, tornando-se um país de renda média-baixa, e ter apresentado diminuições em seus níveis de pobreza, Bangladesh ainda enfrenta um cenário no qual muitos de seus cidadãos vivem abaixo da linha da pobreza. Assim, a crise dos refugiados coloca em sua economia um grande impacto, principalmente em Cox's Bazar, levando o governo a buscar uma solução que envolva o repatriamento dos refugiados Rohingya para Mianmar – solução que ainda não foi atingida, especialmente frente ao cenário de instabilidade política em Mianmar após o golpe (Rahman; Sakib, 2021; Mosaddek, 2023).

4.3. A Influência de atores externos: o caso de China e Índia

A política externa de Bangladesh frente à crise Rohingya é, invariavelmente, influenciada pelos gigantes asiáticos que a cercam: China e Índia. A China possui 3 interesses no Mianmar: manter estabilidade de sua fronteira comum, cooperação econômica bilateral e avanço das rotas de transporte de energia (Sun, 2012). Desafiado por constantes investidas de grupos armados contra o governo do Mianmar, seu líder militar, Min Aung Hlaing, visita a China visando fortalecer laços de unidade e cooperação bilaterais com foco na recuperação de turbulências geopolíticas e retomada do desenvolvimento regional (Al Jazeera, 2024).

Sabendo que uma das partes da extensa política externa chinesa inclui a segurança energética, utilizando-se de canais diplomáticos e financeiros para tal, é possível notar que as relações sino-mianmar fornecem uma posição privilegiada aos chineses (Zhao, 2008). A província de Yunnan é um exemplo válido: a planta de Shweli carrega a maior produção hidrelétrica de energia do Myanmar, a qual é predominantemente exportada para China (Kudo, 2012). Os rios do Myanmar, além de geradores de energia com incentivo da China, também conferem vantagem para acesso chinês ao mar do Índico (Kudo, 2012). O acordo de 2011 entre a China Railways Engineering Corporation e o Myanmar Union Ministry of Rail Transportation demonstra como os interesses chineses afetam a situação Rohingya: firmou-se uma cooperação bilateral para construção de um extenso trilho conectando o interior de Mianmar ao Estado de Rakhine - originário dos povos Rohingya - para acesso a novos portos no oceano Índico (ASEAN-China Centre, 2011). Isso impacta os caminhos para resolução da crise dos Rohingya ao passo que os movimentos chineses de aproximação ao Mianmar tendem a descredibilizar as pressões internacionais de Bangladesh sobre o país opressor ao povo Rohingya.

A Índia, por sua vez, conta com entre 18 mil e 20 mil refugiados Rohingya em seu território, e possui uma relação específica com Mianmar, que serve como um Estado-tampão entre ela e a China (Isikhan; Khan, 2022). Todavia, desde a entrada de Modi no poder, os Rohingya passaram a ser considerados imigrantes ilegais no país e uma ameaça à segurança nacional da Índia. Adicionalmente, o serviço de inteligência indiano acusou os refugiados de se engajarem com atividades terroristas na região, trabalhando conjuntamente com grupos extremistas pró-Paquistaneses. De forma geral, desde a escalada dos conflitos em 2017, a Índia evitou críticas direcionadas a Mianmar, escolhendo permanecer em silêncio (Isikhan; Khan, 2022).

Considerando a relação da Índia com Bangladesh também a partir de 2017, destaca-se a operação '*Insaniyat*', na qual o governo indiano prestou assistência aos campos de refugiados em Bangladesh. Essa medida, todavia, perpassa por um desejo indiano de desincentivar a entrada de refugiados Rohingya em seu país (Yhome, 2018).

De forma geral, o governo indiano, frente a crise de refugiados Rohingya, apresenta crescentes preocupações com a segurança, além de buscar um equilíbrio diplomático entre Bangladesh e Mianmar. Devemos considerar, também, a visita da Ministra Swaraj a Mianmar, que enfatizou a necessidade de um retorno que fosse seguro, rápido e sustentável dos refugiados para Rakhine (Yhome, 2018).

5. Conclusão

No presente artigo, buscamos considerar não apenas a situação atual dos refugiados Rohingya – além das causas para a sua crise humanitária –, como também o

cenário crônico de migração para Bangladesh, país fronteiriço a Mianmar, e Cox's Bazar. Considerando a política externa de Bangladesh, entendê-la frente a uma identidade islâmica é essencial, assim como entender o papel de Estados muçulmanos e organizações internacionais.

Assim, percebe-se como a política externa e as políticas públicas de Bangladesh são atravessadas pela crise dos refugiados Rohingya, que impõe à Bangladesh a necessidade de reinvenção na arena da política internacional e regional que se insere. A abordagem de Bangladesh remete à diminuição de inseguranças por meio de pressões discursivas e políticas pelos direitos humanos, assim como clama pela repatriação segura do povo Rohingya. Enquanto um pequeno país em meio a potências asiáticas, buscamos também destacar como a sua agência é atravessada por interferências devido aos interesses de China e Índia.

6. Referências Bibliográficas:

AKTER, Doel. Contemporary Geopolitics: A Bangladesh perspective. **Journal of Dhaka International University**, v. 12, n. 2, Dezembro de 2022. DOI: https://doi.org/10.62673/DIUJLHR Acesso em: 2 nov. 2024.

ALI ASHRAF, A. S. M.. Humanitarianism, National Security, and the Rohingya Refugee Policy of Bangladesh. **Strategic Analysis**, 45:3, 184-206, Julho 2021. DOI: 10.1080/09700161.2021.1918953. Acesso em: 2 nov. 2024.

ALI, Asif Bin. Myanmar Government's Rohingya Policies and Politics. In: BÜLBÜL, Kudret; ISLAM, Md. Nazmul; KHAN, Md. Sajid (eds.). **Rohingya Refugee Crisis in Myanmar**: Ethnic conflitc and resolution. Singapura: Palgrave Macmillan, 2022.

AL JAZEERA. Myanmar military government chief on first visit to ally China since coup. **Al Jazeera News**, 5 de Novembro de 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/11/5/myanmar-military-government-chief-on-first-visit-to-ally-china-since-coup Acesso em: 7 nov. 2024.

AL JAZEERA. Timeline: How the crackdown on Myanmar's Rohingya unfolded. **AlJazeera**, 09 dez. 2019. Disponível em https://www.aljazeera.com/news/2019/12/9/timeline-how-the-crackdown-on-myanmars-rohingya-unfolded . Acesso em: 31 out. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. Myanmar: New attacks against Rohingya a disturbing echo of 2017 mass violence. **Amnesty International**, 21 ago. 2024. Disponível em https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/08/myanmar-new-attacks-against-rohingya-a-disturbing-echo-of-2017-mass-violence/ . Acesso em 01 nov. 2024

ARDA. National/Regional Profiles: Burma (Myanmar). **The Association of Religion Data Archives**, s.d. Disponível em https://www.thearda.com/world-religion/national-profiles?u=37c. Acesso em: 31 out. 2024.

ASEAN-CHINA CENTRE. **China Railway signs agreement with Myanmar on rail project**. Investment, 30 Maio de 2011. Disponível em: http://www.asean-china-center.org/english/2011-05/30/c_13900797.htm Acesso em: 7 nov. 2024.

ASSUM, Laetita van den. Out of the Spotlight, Myanmar's Rohingya Face Worst Violence in 7 Years. **United States Institute for Peace**, 25 set. 2024. Disponível em https://www.usip.org/publications/2024/09/out-spotlight-myanmars-rohingya-face-worst-violence-7-years . Acesso em 30 out. 2024.

AZIZUDDIN, Muhammad; SHAMSUZZOHA, Ahm; PIYA, Sujan. Influence of Circular Economy Phenomenon to Fulfil Global Sustainable Development Goal: Perspective from Bangladesh. **Sustainability** (13), n. 20: 11455, 2021 . DOI: https://doi.org/10.3390/su132011455

BASU, Soumita; NUNES, João. Security as emancipation. In: **Critical Approaches to Security**. Routledge, 2013, p. 63-76. Acesso em: 3 nov. 2024.

BBC. Myanmar: Who are the Arakan Rohingya Salvation Army?. **BBC**, 05 set. 2017. Disponível em https://www.bbc.com/news/world-asia-41160679 . Acesso em 31 out. 2024.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. **Review of International Studies**, v. 17, n. 4, 1991, pp. 313–26. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/20097269 . Acesso em: 3 nov. 2024.

BRETT, Peggy e HLAING, Kyaw Yin. Myanmar 's 1982 Citizenship Law in Context. **Torkel Opsahl Academic EPublisher**, Nov. 2020. Policy Brief Series, n. 122. ISBN: 978-82-8348-160-0. Acesso em: 2 nov. 2024.

CAVALCANTE, Beatriz F. L.; Oliveira, Renan G. C. Relações Índia-Bangladesh e a Revolução de Julho. **Radar Ásia-Pacífico**, Outubro 2024, v. 3, n. 4. Disponível em https://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2024/10/Radar-Asia-Pacifico-Outubro-2024.pdf . Último acesso em: 08 nov. 2024.

CHAKRABORTY, Debesh; SIKDER, Chandrima. Promotion of free trade between India, Bangladesh and the European Union. **Fifteenth International Input-Output Conference**, University of Beijing, Jun. 2005. Disponível em: https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=def60dc44ddd3e130e3556db1ffb7fe85975b38c Acesso em: 4 nov. 2024.

FAYE, Malang. A forced migration from Myanmar to Bangladesh and beyond: humanitarian response to Rohingya refugee crisis. **Journal of International Humanitarian Action**, Jun. 2021, v. 6, n. 13. Disponível em: https://jhumanitarianaction.springeropen.com/articles/10.1186/s41018-021-00098-4 Último acesso: 8 nov. 2024.

GARCEVIC, Vesko. Small States: From Intuitive to Smart Diplomacy. In: Hare, P.W., Manfredi-Sánchez, J.L., Weisbrode, K. (eds) **The Palgrave Handbook of Diplomatic Reform and Innovation**, Fev. 2023. Studies in Diplomacy and International Relations. Palgrave Macmillan, Cham. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-10971-3_28 Acesso em: 4 nov. 2024.

GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF BANGLADESH. **The Constitution of the People's Republic of Bangladesh**, 1972. Disponível em: http://bdlaws.minlaw.gov.bd/act-367.html Acesso em: 1 nov. 2024.

HASAN, Mubashar. Geopolitics of Political Islam in Bangladesh. **Harvard Asia Quarterly**, Jan. 2012. v. 14, Issue 1&2. Griffith University Queensland Australia. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260833758_Geopolitics_of_Political_Islam_in_Bangladesh Acesso em: 2 nov. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Rohingya**, s. d. Disponível em: https://www.hrw.org/tag/rohingya Acesso em: 31 de Outubro de 2024.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **The Republic of The Gambia institutes proceedings against the Republic of the Union of Myanmar and asks the Court to indicate provisional measures**, Nov. 2019. Press Release, n. 2019/47. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/178 Acesso em: 3 nov. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Displacement Tracking Matrix Bangladesh** — NPM ACAPS Analysis Hub Report — Rohingya Influx since 1978, Dezembro de 2017. IOM, Bangladesh, Dez. 2017. Acesso em: 1 de nov. 2024.

INTER SECTOR COORDINATION GROUP. **ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar - 31 December 2017**, Dez. 2017. Disponível em: https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-31-december-2017 Acesso em: 1 de Novembro de 2024.

ISIKHAN, Vedat; KHAN, Md. Sajid. Rohingya Beyonf the Refugees: India's Policy and Realpolitik for the Word's 'Most Persecuted Refugees'. In: BÜLBÜL, Kudret; ISLAM, Md. Nazmul; KHAN, Md. Sajid (eds.). **Rohingya Refugee Crisis in Myanmar**: Ethnic conflitc and resolution. Singapura: Palgrave Macmillan, 2022.

KRISHNASAMY, Kabilan. Bangladesh and UN Peacekeeping: The Participation of a 'Small' State. **Commonwealth & Comparative Politics**, 2003. n. 41 (1): 24–47. DOI: 10.1080/713999607 Acesso em: 3 nov. 2024.

KUDO, Toshihiro. China's policy toward Myanmar: Challenges and prospects. **Institute of Developing Economies-Japan External Trade Organization**, 2012. Disponível em: https://www.ide.go.jp/library/English/Research/Region/Asia/pdf/201209_kudo.pdf Acesso em: 7 nov. 2024.

NOGUEIRA; João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021. ISBN: 978-85-352-1687-5.

MANTI, Nebile Pelin; ISLAM, Dilara Nur Cansu. Genocide, Forced Migration, and Forced Labor: A Case Study on Rohingya People Under International Law. In: **Rohingya Refugee Crisis in Myanmar: Ethnic Conflict and Resolution**, Jan. 2022, pp.19-45. DOI:10.1007/978-981-16-6464-9_2 .Último acesso: 8 nov. 2024.

MCDONALD, Matt. Constructivisms. In: WILLIAMS, Paul D.; MCDONALD, Matt. **Security Studies**: an introduction. 3rd Edition. United Kingdom: Routledge, 2018.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **The Rohingya: persecuted across time and place**. Disponível em: https://www.msf.org/rohingya-refugee-crisis-depth Último acesso: 8 nov. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS BANGLADESH. **Foreign Office Briefing Notes February - 2017**. The Monthly Publication of the Ministry of Foreign Affairs. Dhaka, Bangladesh, Fevereiro de 2017. Disponível em: https://mofa.portal.gov.bd/site/view/publications/Publications Acesso em: 31 out. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS BANGLADESH. **Foreign Office Briefing Notes February - 2020**. The Monthly Publication of the Ministry of Foreign Affairs. Dhaka, Bangladesh, Fevereiro de 2020. Disponível em: https://mofa.portal.gov.bd/site/page/bc5359e0-442e-4c9a-90fd-cef4364db987 Acesso em: 31 out. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS BANGLADESH. **Foreign Office Briefing Notes: UNGA Special Issue**. The Monthly Publication of the Ministry of Foreign Affairs. Dhaka, Bangladesh, Setembro de 2024. Disponível em: https://mofa.portal.gov.bd/site/page/bc5359e0-442e-4c9a-90fd-cef4364db987 Acesso em: 31 out. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS BANGLADESH. **National Action Plan on Women, Peace and Security (2019-2025)**, 2022. Disponível em: https://mofa.gov.bd/site/view/publications/Publications Acesso em: 2 de Novembro de 2024.

MINORITY RIGHTS GROUP. Myanmar. **Minority Rights Group**, 2020. Disponível em https://minorityrights.org/country/myanmar/ . Acesso em: 31 out. 2024.

MINORITY RIGHTS GROUP. Muslims and Rohingya in Myanmar. **Minority Rights Group**, 2019. Disponível em https://minorityrights.org/communities/muslims-and-rohingya/ . Acesso em 31 out. 2024.

MOSADDEK, Sadab. **The Rohingya Refugee Crisis**: The role of identity in Bangladesh's foreign policy and its impact on the rights of the refugees. Orientador: Dimosthenis Chatzoglakis. 2023. 45 p. Bachelor Thesis (Degree of Bachelor) - Malmö University, Faculty of Culture and Society (KS), Department of Global Political Studies (GPS), [S. l.], 2023. Disponível em: https://mau.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1793657&dswid=5482. Acesso em: 8 nov. 2024.

MYANMAR CULTURAL RESEARCH SOCIETY et al. **The 1982 Citizenship Law and Right to Citizenship of Minorities and Freedom of Movement. Report**, Joint Submission to the UN Universal Periodic Review, 2020. Disponível em: https://progressivevoicemyanmar.org/2020/07/09/the-1982-citizenship-law-and-right-to-citizenship-of-minorities-and-freedom-of-movement/ Último acesso: 8 nov. 2024.

ORGANISATION OF ISLAMIC COOPERATION. **Dhaka Declaration 45th Session of the Council of Foreign Ministers of the Organization of Islamic Cooperation** (Session of Islamic Values for Sustainable Peace, Solidarity and Development). Dhaka, Bangladesh, 6 de Maio de 2018. Disponível em: https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=18652&t_ref=10334&lan=en Acesso em: 4 nov. de 2024.

PARNINI, Syeda Naushin; OTHMAN, Mohammad Redzuan; GHAZALI, Amer Saifude. The Rohingya Refugee Crisis And Bangladesh-Myanmar Relations. **Asian and Pacific Migration Journal**, Mar. 2013, v. 22, n. 1. DOI:https://doi.org/10.1177/011719681302200107

PHILLIPS, Andrew Bradley. Constructivism. *In*: GRIFFITHS, Martin (ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century**. USA: Routledge, 2007.

PHIRI, Pia Prytz. Rohingyas and refugee status in Bangladesh. **Forced Migration Review**, s. d. Disponível em: https://www.fmreview.org/phiri/#:~:text=In%201991%20some%20250%2C000%20Muslim,20%20refugee%20camps%20in%20existence. Acesso em: 1 nov. 2024.

RAHMAN, Mohammed Sajedur; SAKIB, Nurul Huda. Statelessness, forced migration and the security dilemma along borders: an investigation of the foreign policy stance of Bangladesh on the Rohingya influx. **SN Social Sciences**, Jun. 2021, v. 1 n. 160. DOI: https://doi.org/10.1007/s43545-021-00173-y Acesso em: 2 nov. 2024.

REZA, SM Ali. Six Years of Rohingya Refugee Crisis in Bangladesh: From Here to Where?. **Asia Peacebuilding Initiatives**, Jun. 2024. Disponível em: https://www.spf.org/apbi/news_en/b_240627.html Acesso em: 31 out. 2024.

ROSS, Steve. A New Bangladesh Confronts Rakhine Crisis. **Stimson**, Out. 2024. Disponível em: https://www.stimson.org/2024/a-new-bangladesh-confronts-rakhine-crisis/ Acesso em: 31 out. 2024.

SHAMS, Shamil. Entenda o conflito em torno dos rohingya em Myanmar. **DW**, 14 Set. 2017. Disponível em https://www.dw.com/pt-br/entenda-o-conflito-em-torno-dos-rohingya-em-myanmar/a-40517106 . Acesso em: 31 out. 2024

SUN, Yun. China's strategic misjudgement on Myanmar. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, 2012, v. 31, n. 1, p. 73-96. Disponível em: www.CurrentSoutheastAsianAffairs.org Acesso em: 7 nov. 2024.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **2024 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis**, January - December 2024. 2024. Disponível em: https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/2024-03/JRP%202024.pdf Acesso em: 1 nov. 2024.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Rohingya Refugee Crisis Explained**, 2024. Disponível em: https://www.unrefugees.org/news/rohingya-refugee-crisis-explained/#Fires Acesso em: 31 out. 2024.

WEBER, Cynthia. Constructivism: Is anarchy what states make of it?. *In*: **International Relations Theory**: A critical introduction. 3rd Edition. United Kingdom: Routledge, 2010.

WORLD FOOD PROGRAM. Bangladesh: Annual Country Report 2023. Country Strategic Plan 2022-2026, 2023. Disponível em: https://www.wfp.org/operations/bd02-bangladesh-country-strategic-plan-2022-2026 Último acesso em: 7 nov. 2024.

WORLD POPULATION REVIEW. **Bangladesh population review 2024 (Live)**, 2024. Disponível em: https://worldpopulationreview.com/countries/bangladesh Acesso em: 3 nov. 2024.

YHOME, K. Examining India's stance on the Rohingya crisis. **RF Issue Brief**, jul. 2018, issue n. 247. ISBN 978-81-938214-5-9. Disponível em https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20230821135340.pdf. Acesso em 03 nov. 2024.

ZHAO, Hong. China and India: competing for good relations with Myanmar. **The Journal of East Asian Affairs**, 2008, v. 22, n. 1, p. 175-194. Institute for National Security Strategy. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23257878 Acesso em: 7 nov. 2024.